



Outubro | 2006

Jornal do

Sintrajuf

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco

Filiado à CUT e à Fenajufe

Foto: Fenajufe



PCS é aprovado e servidores fazem festa em todo o Brasil



Foto: Arquivo Sintrajuf



Servidores participam de olimpíadas da JT

No dia 10 de setembro, em Brasília, encerrou-se a 5ª Olimpíada da Justiça do Trabalho. Segundo os organizadores, o evento reuniu cerca de 700 servidores, vindos de vários estados.

A edição - a maior, segundo os organizadores - contou com a participação de atletas da Justiça do Trabalho de 20 estados. Pernambuco contou com vários participantes e acumulou nada menos que 21 medalhas de ouro, dez de prata e nove de bronze. A performance, que ainda contou com a quebra de seis recordes, levou a delegação pernambucana a conquistar o bi-campeonato.

O Sintrajuf/PE contribuiu com a ida dos atletas à Brasília, que participaram do esforço concentrado no Congresso como parte das mobilizações pela aprovação do PCS.

Mês do Servidor

Durante todo o mês de outubro estará acontecendo no TRT-PE atividades comemorativas ao Dia do Servidor. Haverá espaço para exposições fotográficas e de pintura, palestras, recital poético e apresentação do Coral do Tribunal. Além disso, será realizada a Semana da Saúde, culminando com o show de Jessier Quirino.

As comemorações estão sendo organizadas pelo SRH do TRT com o apoio do Sintrajuf/PE e demais entidades representativas dos servidores. Confira a programação abaixo:

Data	Atividade	Local e horário
02 a 06	O Caminho de Santiago de Compostela Exposição de fotos de Stela Maris	Sobreloja 8h às 17h
04	Sete vidas: a arte de conciliar a vida pessoal e profissional Palestra de Tom Coelho	Pleno 15h30
09 a 13	Mostra de fotos do Sintrajuf Noções básicas e dicas sobre fotografia	Sobreloja 8h às 17h
10	O novo perfil do Ministério Público do Trabalho Palestra com Flávio Henrique F. Evangelista Gondim, Procurador do Trabalho da 6ª Região	Pleno 14h30
16 a 20	Exposição de pinturas do Centro Cultural Paulo Cabral de Melo	Sobreloja 8h às 17h
23	Mostra de atividades da SRH	Sobreloja 13h
24 a 26	Semana da Saúde Tema: A arte de viver com saúde	Sobreloja 8h às 17h
26	O dano moral no direito do trabalho / Responsabilidade civil do empregador Palestra com Dr. Valdir Florindo (juiz do TRT da 2ª Região)	Pleno 14h30
27	Recital com Jessier Quirino Apresentação do Coral TRT Sorteios e encerramento	Pleno/sobreloja A partir das 14h



Campanha da CUT tem seis eixos



A Central Única dos Trabalhadores apresenta para toda a sociedade os seis pontos que fazem parte da Campanha Unificada que se inicia este ano. A pauta das reivindicações será entregue aos governos federal, estaduais e municipais e aos empresários do setor privado (indústria, comércio e serviços). O objetivo da CUT é negociar cada item que compõe esta pauta. Essas negociações não irão substituir as campanhas salariais que cada categoria tem ao longo do ano.

Salários

- » Pisos Salariais Nacionais - Por meio da negociação, fixar pisos salariais por ramo de atividade.
- » Política Salarial Nacional - Implementação de uma Política Salarial Nacional, que contemple a correção automática dos índices inflacionários.
- » Política Salarial dos Servidores Públicos - As administrações públicas de todas as esferas,

deverão respeitar o mandamento constitucional da revisão geral anual, expresso no inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal.

Emprego

- » Convenção 158 da OIT - Ratificação pelo governo brasileiro da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que protege o trabalhador contra a demissão injustificada.
- » Políticas de financiamento de juros mais baixos, através do BNDES, só para as empresas que se comprometam com a manutenção e geração de empregos. Qualquer financiamento ou investimento público na iniciativa privada deve ter a contrapartida social.

Jornada de trabalho

- » Redução da Jornada de Trabalho constituição de organizações no local de trabalho.
- » Aprovação da Emenda Constitucional (PEC) nº 393,

que prevê a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, para 40 horas semanais e, num segundo momento, para 36 horas semanais.

» Negociar com o setor patronal a redução de pelo menos 10% a jornada de trabalho, sem redução de salário.

» Cumprimento da legislação referente às jornadas especiais de trabalho, em face do desrespeito que atualmente se verifica em relação a estes regimes.

» Limitação das horas extras - De acordo com a Proposta de Projeto de Lei elaborada pela CUT- que substitui o artigo 59 da CLT, que trata das horas extras -, estabelecer, em negociação coletiva, cláusula de limitação das horas extras.

Saúde e segurança

- » Assédio moral - As empresas e administrações públicas constituirão comissão paritária de ética, objetivando apurar as denúncias de práticas de assédio moral cometidas pelos que exercem cargo de chefia.
- » Controle do ritmo de trabalho - A intensificação do ritmo de trabalho, que gera aumento dos acidentes de trabalho e sérias conseqüências para a saúde do trabalhador, tem sido uma preocupação constante das representações sindicais e deveria também ser das empresas e do Poder Público. A CUT propõe a negociação de cláusula de controle do ritmo de trabalho.

Direitos sindicais

» Respeito ao direito de greve e a não utilização do interdito proibitório - Previsto nos artigos 932 e 933 do Código de Processo Civil, o interdito proibitório vem sendo utilizado indevidamente para coibir a atividade sindical. A CUT entende ser necessário o respeito à livre organização dos trabalhadores, o que inclui o direito de greve.

» Implementação da Convenção 135 da OIT, que trata da proteção aos representantes dos trabalhadores na empresa, ou seja, cria condições para a implementação da Organização por Local de Trabalho.

Políticas públicas

- » Salário Mínimo - Restabelecimento dos trabalhos da Comissão Quadripartite do Salário Mínimo, instalada em agosto de 2005, com o objetivo de promover a política de valorização de curto, médio e longo prazos do seu poder de compra.
- » Orçamento público - Implantação e fortalecimento de mesas permanentes de negociação, para a construção de uma política de valorização e remuneração dos servidores, melhorando a eficiência na prestação dos serviços públicos.
- » Garantir que nenhum servidor municipal receba menos de um salário mínimo.

Editorial

Não foi fácil, nem rápido.

Mas, após uma longa batalha, finalmente o PCS foi aprovado.

Da elaboração da comissão interdisciplinar, em 2004, até a aprovação na Câmara e no Senado, muitas águas rolaram. Foram vários debates na categoria, atos, paralisações e greve para que tivéssemos o projeto aprovado no Congresso Nacional.

Durante o segundo esforço concentrado na Câmara e no Senado nos dias 04, 05 e 06 de setembro, a pressão comandada pela Fenajufe e seus sindicatos filiados foi fundamental para a inclusão do projeto na pauta.

O primeiro obstáculo a ser superado era conseguir o empenho dos parlamentares para destrancar a pauta, obstruída com 20 Medidas Provisórias, e torcer para que chegassem a um acordo com relação à Emenda Constitucional que previa o fim do voto secreto. Em seguida, outra matéria de interesse dos parlamentares estava na pauta, a Lei Orgânica das Micro e Pequenas Empresas. Foi necessário muito trabalho para que conseguíssemos incluir o nosso projeto na pauta, pretensão só

confirmada no último dia de trabalho na Câmara dos Deputados.

Vencidos esses obstáculos, quando finalmente iniciou-se a sessão de votação, outro impasse surgiu. O governo apresentou duas alterações na redação que havia sido acordada entre o Executivo e o Supremo em junho. Ao ser informada por assessores que acompanhavam a sessão, a Presidente do STF imediatamente pediu para que o projeto fosse tirado de pauta, pois não aceitava as alterações, considerando a atitude do governo uma ingerência na autonomia do Poder Judiciário.

Os dirigentes da Fenajufe, que acompanhavam de perto as movimentações de bastidores, atuaram rapidamente para dirimir o impasse. Na hora, tiveram que decidir entre adiar a votação do PCS e impedir a alteração ou garantir a votação do PCS antes das eleições com as alterações feitas pelo governo. Avaliou-se que o adiamento poderia ser mais prejudicial que as emendas apresentadas, as quais não trouxeram nenhum prejuízo em relação à lei 10.475 (atual plano).

Como havia o pedido do STF de retirada de pauta, a pressão da categoria, que lotava

as galerias do Plenário foi decisiva para que ocorresse a votação e aprovação do PCS na Câmara.

No mesmo dia, continuamos a batalha para que o projeto fosse enviado para o Senado e incluí-lo na pauta.

No dia seguinte, último dia do esforço concentrado, era a nossa chance para votar o PCS no Senado.

Para a nossa surpresa, enquanto buscávamos assinatura dos líderes dos partidos no Senado para pedir o regime de urgência, logo cedo, encontramos o Diretor Geral do Supremo tentando fazer justamente o contrário: impedir a votação do projeto no Senado, já que havia sido aprovado na Câmara contra vontade do STF.

Novamente a atuação da Federação foi imprescindível. Buscou o diálogo diretamente com os Ministros do Supremo a fim de esclarecer que os servidores poderiam ser prejudicados caso o PCS ficasse para ser votado após as eleições. A Presidente do STF compreendeu os nossos argumentos e aceitou que fosse realizada a votação no Senado, para, se for o caso, posteriormente sanar a

pendência gerada.

Finalmente conseguimos obter o regime de urgência e aprovar o projeto no Senado.

Todo esse relato demonstra que, como escrevemos no início, não foi nada fácil!

No entanto, a efetiva implementação do PCS depende da votação do PLN-11/06 na comissão mista do Congresso, que amplia a dotação orçamentária do judiciário. Senado e Presidência entendem que a sanção só pode ocorrer após a aprovação da verba suplementar. Na avaliação do assessor parlamentar da Fenajufe, Antonio Queiroz, do Diap, a votação deve ocorrer em meados de outubro, depois do primeiro turno das eleições. Logo após, o plano segue para a sanção presidencial.

Demos um passo decisivo para a implementação do PCS ainda este ano. Nossa categoria mais uma vez saiu vitoriosa e o que importa é que tudo isso foi fruto da nossa luta, coordenada pela Fenajufe e seus sindicatos, que conseguiram manter a unidade em diversos momentos cruciais, demonstrando o amadurecimento da nossa luta em busca de novas conquistas.

Alterações implementadas no plenário da Câmara

1. Exclusão do artigo sobre estágio probatório

Foi retirado do projeto o artigo que uniformizava o estágio em 24 meses. Assim, será mantida a luta pela via administrativa e judicial para reconhecer o estágio em 2 anos na JT (há decisão do TST) e JE, conforme já aplicado na JF.

2. Manutenção das três carreiras atuais

O texto aprovado mantém as três carreiras (auxiliar, técnico e analista) atuais, cada uma com um cargo de mesma denominação. O projeto previa a unificação em uma carreira única (judiciária). Este ponto deverá ser retomado no debate de um plano de carreira que avance sobre outros pontos de nossa vida funcional.

Veja as principais alterações do PCS

Mais uma conquista da nossa categoria foi registrada com a aprovação do texto do Plano de Cargos e Salários dos servidores do judiciário federal na Câmara dos Deputados (5/9) e no Senado Federal (6/9), depois de pouco mais de um ano de tramitação no Congresso Nacional. Ainda resta aprovar a verba suplementar, cuja votação está prevista para meados de outubro, para que o plano seja remetido à Presidência da República, onde deverá ser sancionado pelo Presidente Lula. Após a sanção presidencial, o novo plano finalmente será implementado, trazendo uma série de mudanças em relação ao plano atualmente em vigor. Listamos algumas dessas mudanças:

Vencimentos

Haverá um acréscimo médio de mais de 60% na remuneração dos cargos efetivos incluindo o vencimento básico acrescido da GAJ. O aumento será dado em 6 parcelas semestrais, sempre em julho e dezembro de cada ano, iniciando em junho de 2006 e terminando em dezembro de 2008.

Dessa forma, a remuneração (vencimento básico + GAJ de 50%), inicial e final, de auxiliar, técnico e analista, será a seguinte no final de 2008: **Auxiliar judiciário:** Inicial de R\$ 1.988,19 e final de R\$ 3.767,05; **Técnico judiciário:** Inicial de R\$ 3.993,09 e final de R\$ 6.360,70; **Analista judiciário:** Inicial de R\$ 6.551,52 e final de R\$ 10.436,11.

GAJ

Atualmente representa o percentual de 30% do vencimento básico do servidor e passará a ser de 50% em 2008. Assim como as alterações do vencimento, será aumentada gradativa e sucessivamente para 33%, 36%, 39%, 42%, 48% e 50%. Os servidores cedidos não farão jus à GAJ, exceto quando cedidos para órgão do próprio Poder Judiciário Federal.

Adicional de Qualificação

Criação do Adicional de Qualificação no percentual de 5% para Auxiliares e Técnicos Judiciários com qualquer formação superior e de 7,5%, 10% e 12,5% para quem tiver, respectivamente, certificado de especialização, mestrado e doutorado. A percepção do adicional depende de regulamentação a ser feita pelos Supremo. Também institui gratificação de até 3% decorrente de realização de cursos de capacitação e qualificação oferecidos pelos tribunais.

Gratificação de Atividade de Segurança e Gratificação Atividade Externa

Os agentes de segurança passarão a receber a GAS (gratificação de atividade de segurança) e os oficiais, a GAE (gratificação de atividade externa). Ambas serão no percentual de 35% sobre o vencimento básico. A implementação também será parcelada em 6 vezes. O percentual inicial será de 5% a partir de jun/06, aumentando sucessivamente para 11%, 16%, 21%, 28% e 35% em 2008.

Carreira exclusiva de Estado

Finalmente conseguimos aprovar neste plano que os servidores das carreiras do poder judiciário executam atividades exclusivas de Estado (Art.23).

Possibilidade de Remoção

Com a redação dada ao art.20, cada justiça especializada (JE, JT, JE e JM) será integrante de um quadro único em todo o país para efeitos de remoção. Inúmeros servidores poderão ser beneficiados com essa conquista.

Progressão de servidores concursados até dez/06

Corrige distorção que a lei do PCS/96 causou, garantindo o definitivo enquadramento dos colegas que fizeram concurso anterior a dez/96 e foram nomeados posteriormente, inclusive com efeitos financeiros retroativos.

Aumento do valor das Funções Comissionadas e Cargos em Comissão

Contrariando a posição dos servidores, o plano prevê aumento no valor dos Cargos em Comissão e, embora mantenha o valor das Funções Comissionadas, estabelece o percentual de 65% do valor da função para servidor que faça a opção. A implementação também será parcelada em 6 vezes. A posição defendida pela Fenajufe é que o foco deveria ser o aumento nos valores do cargo efetivo.

Veja como seria o seu salário se não houvesse a luta pelos planos de cargos e salários de 1996, 2002 e 2006:

Auxiliar judiciário – inicial de R\$ 333,68
Técnico judiciário – inicial de R\$ 575,35
Analista judiciário – inicial de R\$ 969,59



Chefe de Cartório: TRE cumpre mandado judicial

Alguns servidores do TRE estão comemorando o cumprimento do mandado judicial, expedido pelo juízo da 7ª Vara Federal, que determina incorporação de quintos ou sua diferença referente ao exercício da Chefia de Cartório do Interior. O cumprimento se deu através da portaria n. 635 assinada pelo Presidente Eloy D' Almeida no dia 04 de setembro e publicada no DOE de 12 de setembro de 2006.

A ação judicial que ensejou a incorporação do direito foi movida na Justiça Federal em 1993 pelo Sintrajuf/PE sob n. 93.0006164-0 e abrange os servidores que exerceram a função de chefe de cartório do interior mas não perceberam a gratificação a que tinham direito. Já o mandado judicial foi expedido nos autos da Carta de Sentença n. 2004.83.00.009875-3, extraída a pedido do sindicato.

Com o cumprimento da determinação, esses servidores serão beneficiados com a incorporação de CJ-1, caso tenham direito a quintos, receberão os atrasados, além de terem direito a receber todas as incidências não pagas no período por ter havido omissão da verba no contracheque.

A incorporação deverá ocorrer imediatamente enquanto o pagamento dos valores devidos do período reclamado até hoje será calculado e dependerá da finalização da execução.

Justiça obriga TRT reenquadrar auxiliares

Mais uma execução de ação judicial é conquistada através do Sintrajuf-PE. O Juiz da 1ª Vara Federal determinou, nos autos da ação judicial n. 2001.83.00.018440-1 que se encontra em execução, que o TRT promova o reposicionamento dos Auxiliares Judiciários que figuram como autores da referida ação. A ação foi interposta pelo Sintrajuf/PE porque o TRT não fez o reenquadramento de alguns auxiliares que preenchiam os requisitos estabelecidos na lei.

Na decisão proferida em grau de recurso, a 1ª turma do TRF entendeu que não caberia ao TRT restringir aplicação da lei 8.460/92 através de interpretação. "... O art. 5º da Lei nº 8.460/92 determinou de forma incisiva que as categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de Motorista Oficial e as classes "C" e "D" da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, assim como a classe "B" da categoria de Agente de Serviços de Engenharia passaram a integrar o Anexo X da Lei nº 7.995/90.3. Conforme princípio da hermenêutica não é dado ao intérprete restringir onde o legislador não restringiu. A transposição imposta pela Lei 8.460/92, em seu artigo 5º, foi incisiva quanto à aplicação do Anexo X aos servidores ali enumerados, sem qualquer exigência no tocante à escolaridade...", diz a sentença.

Com a publicação do Ato TRT- GP 97/2006, que transcrevemos abaixo, agora resta aguardar o final da execução para o recebimento integral de todo passivo gerado pela omissão de pagamento do direito.

ATO TRT -GP 507/2006A EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o decidido nos autos da Ação Ordinária nº. 2001.83.00.018440-1, da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, transitada em julgado em 24.07.2006 (Protocolo TRT Nº. 16094/06);RESOLVE:REPOSICIONAR os servidores relacionados abaixo, que à época da Lei 8.460/92 pertenciam à Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Nível Auxiliar, classes C e D, para a Categoria Funcional de Nível Intermediário, passando os mesmos a integrar o anexo X, da Lei 7.995/90, observando-se os reflexos da legislação posterior e respeitada a prescrição quinquenal: JOSÉ LEONARDO ALVES MARANHÃO;AGEU SOUZA DE FRANÇA;ALEXANDRE JOSE SILVA;JOÃO RODRIGUES DE SOUSA;EDSON BARROS DA CUNHA;MARCELO GOMES DA SILVA;LUIZ MANOEL DA SILVA;LADISLAU DE SOUZA LEÃO AROXA.Publique-se.Recife , 20 de setembro de 2006.MARIA DE LOURDES CABRAL DE MELO-Juíza Presidente do TRT6ª Região.



De: RN (TRE)
Para: PE (Recife)
Nome: Alessandra Patrícia Gomes Leal
Cargo: Analista Judiciário - Taquigrafia
Email: aleal@tre-rn.gov.br
Telefone: (084) 3219-3689 ou 4006-5698

De: MG
Para: PE (Recife ou interior - TRE, TRT 6 REGIÃO e TRF 5)
Nome: Armstron da Silva Cedrim
Cargo: Analista Judiciário
Email: armced@msn.com ou armstroncedrim@yahoo.com.br
Telefone: 038 9104-4744

De: RS (Porto Alegre)
Para: PE (Recife)
Nome: Mônica Mendes de Oliveira
Cargo: Taquígrafa do TRF 4ª Região
Email: mol@trf4.gov.br

De: SP
Para: PE (Petrolina) ou BA (Juazeiro)
Nome: Rodrigo Carneiro de Oliveira Tietzmann
Email: rodtietzmann@ig.com.br
Telefone: (11) 3965-9482 ou 3525-9600



» Mais pedidos de permuta
sintrajufpe.org.br



Servidores públicos federais continuam na luta

Os servidores públicos federais do Poder Executivo estão mobilizados para aprovarem emendas às Medidas Provisórias que tramitam atualmente no Senado. Editadas pelo governo federal em junho deste ano sem o devido aprofundamento de negociação com a categoria, os textos de suas redações apresentam erros e deixaram algumas dubiedades que podem acarretar prejuízos para os trabalhadores.

Durante o esforço concentrado, ocorrido entre os dias 04 e 06 de setembro em Brasília, as emendas pleiteadas pelos servidores não foram apreciadas, pois os deputados, com objetivo de destrancar a

pauta, aprovaram 18 das 20 MPs sem análise de mérito, ficando toda a discussão remetida para o Senado. Algumas dessas emendas estão sendo propostas nas medidas provisórias 301, 302 e 304, por iniciativa da Condsef.

Uma das maiores preocupações dos sindicatos dos servidores públicos federais diz respeito aos funcionários que possuem jornada de trabalho inferior a 40 horas, conforme legislação laboral específica, pois terão o vencimento básico reduzido e a diferença ocasionada pela redução será acrescida como vantagem pessoal.

Outro impasse diz respeito ao termo de renúncia

de direitos para garantir o reajuste de 47%. O prazo de assinatura do termo de opção, inicialmente previsto para encerrar em 28 de setembro, deverá ser adiado a pedido dos representantes dos servidores. Para Confederação, os servidores dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Previdência teriam prejuízo caso permaneça a redação dada aos art. 144 e 147 da MP 301. O Ministério do Planejamento (MPOG) reconheceu o erro.

A MP 302 trata dos servidores que receberão a Gratificação de Exercício, destinada aos funcionários dos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Presidência da República. Já a 304 institui a

transferência de servidores do Plano de Classificação de Cargos para o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

Enquanto o congresso nacional não retoma suas atividades, as entidades sindicais buscam negociar solução para alguns artigos que buscam modificar dentro das medidas provisórias. No último dia 27 houve reunião com membros do Ministério do Planejamento, que mesmo considerando que seja necessário corrigir alguns erros existentes, não tiveram acordo em remeter as emendas para o Senado. A categoria acha que a reunião não foi satisfatória e continuará a luta para melhorar o texto das MPs.

Bancários reagem com greve

Após várias tentativas de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), o Comando Nacional dos Bancários decidiu agir com greve. A categoria considerou a proposta apresentada pelos bancos uma provocação, já que o segmento registra lucros estratosféricos de vários bilhões de reais ao ano.

Houve paralisação nacional de 24 horas da categoria no dia 21 e de 48 horas nos dias 26 e 27 de setembro. O calendário de mobilização prevê greve por tempo indeterminado a partir do dia 05 de outubro, um dia após a próxima rodada de negociação. Em PE, ES, MA,

RN, BA e Florianópolis, os bancários decidiram manter a greve por tempo indeterminado na assembléia realizada no Sindicato dos Bancários no último dia 27. Espera-se que os demais estados estejam aderindo à greve no dia 5.

A proposta - Na sexta rodada de negociação com o Comando Nacional dos Bancários, os banqueiros colocaram na mesa um reajuste nos salários e demais

verbas salariais de 2%. No que se refere à reivindicação de participação nos lucros, os

banqueiros propuseram pagar uma parcela anual de 80% do salário mais R\$ 816. Para os funcionários dos bancos cujo lucro líquido de 2006 seja 25% maior do que o de 2005, será acrescida uma

parcela de R\$ 500. O que os bancários querem - Os trabalhadores reivindicam 2,85% da inflação do período e 7,05% de

aumento real. Também reivindicam participação semestral nos lucros de 100% do salário acrescido de R\$ 1.500 e de 5% do lucro líquido distribuído de forma linear entre todos os funcionários.

Enquanto a proposta de reajuste dos bancos sequer corrige a inflação do período, dados do Dieese mostram que 82% das categorias tiveram aumento real em acordos fechados no primeiro semestre. É inaceitável essa proposta dos banqueiros, pois o setor surpreende a cada resultado financeiro apresentando elevada superação dos índices de automação e das taxas de lucratividade.

Proposta dos banqueiros para a categoria é inaceitável



Eleições Sintrajuf

Em outubro tem eleição também no Sintrajuf-PE. Nos dias 18 e 19 desse mês, haverá o pleito para decidir a nova diretoria que assumirá o sindicato no triênio 2006-2009. A Comissão Eleitoral, formada por Isaac Oliveira (JF), Luís Fernando (TRF) e Sérgio Nery (TRT), é responsável por todo o processo eleitoral.

Quem desejar acompanhar os atos da Comissão Eleitoral poderá acessar a página do Sintrajuf/PE e ler as atas lavradas por seus membros.

Para concorrer à eleição apenas uma chapa se inscreveu. A Comissão Eleitoral confirmou a inscrição da única chapa concorrente após transcorrido o prazo legal sem

ter registrado qualquer pedido de impugnação.

“Diferentemente das eleições de 2003, quando foram utilizadas urnas eletrônicas, este ano o pleito será realizado com urnas manuais em decorrência das eleições gerais que ocorrem na mesma época. Mesmo assim, vamos fazer a apuração e divulgar o resultado no menor espaço de tempo possível”, afirma Isaac Oliveira, Presidente da Comissão.

A Comissão faz um apelo para que todos os servidores do judiciário de PE filiados ao Sintrajuf-PE participem da votação nos dias 18 e 19. A atual gestão se encerra no dia 6 de novembro. A nova diretoria eleita deverá assumir logo em seguida.

Quem vota

É eleitor todo associado que protocolou seu pedido de filiação até 15/08/06 e esteja em dia com a contribuição sindical até o dia 30/09/06.

Onde votar

Haverá urnas fixas em cada Tribunal onde votarão os servidores da ativa e aposentados e urnas itinerantes. Confira abaixo os locais de votação:

Urnas fixas

TRT – Próximo à entrada do prédio do tribunal.

TRF – Hall de entrada.

TRE – 3º andar da nova sede (antigo prédio da IBM)

JF - Hall de entrada.

Sintrajuf-PE – Sede do sindicato.

O horário será de acordo com o expediente de cada Tribunal.

Urnas Itinerantes

Norte – Varas Trabalhistas da Encruzilhada, Casa Amarela, Olinda, Paulista e Igarassu. Cartórios Eleitorais de Igarassu, Paulista, Abreu e Lima, Olinda e do bairro de Água Fria.

Sul – Varas Trabalhistas da Madalena, Imbiribeira, Boa Viagem, Jaboatão (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), Cabo e Centro de Capacitação e Informática do TRT (CCI). Cartórios eleitorais do Cabo, Porta Larga, Jaboatão Centro, Cavaleiro e Areias.

Centro – TRE Sede e o anexo da Av. Rui Barbosa, TRE Cinco Pontas, Comissão de Logística do TRE (Q.G. Dois Irmãos), Juizados Especiais Federais e Varas Trabalhistas localizadas no prédio da Sudene.

No interior - os votos serão coletados em envelopes enviados através dos Correios pela Comissão Eleitoral juntamente com as instruções.



Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Bruno Fernandes (DRT/PE 3648) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2800 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)



expediente